PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº ____/2025

Institui adicionais no escopo da Lei Complementar Municipal nº 59 de 2013. e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Carmo do Cajuru, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, especialmente pelo disposto no art. 64, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, considerando a previsão legal no artigo 44º, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº 59 de 17 de dezembro de 2013, a respeito do instituto de adicionais na composição da remuneração de servidores, apresenta o seguinte projeto de lei complementar:

Art. 1º. Fica instituído o adicional de penosidade na Estrutura Operacional do SAAE – Serviço Autárquico de Água e Esgoto, que será pago ao servidor que exerce atividades consideradas penosas

Art. 2º. O adicional de penosidade será pago aos servidores públicos municipais expostos a condições penosas, no percentual de 25% (vinte e cinco por cento), que será calculado tendo como referência a salário base do cargo.

Parágrafo único. São consideradas situações penosas, as funções que exigem atenção do servidor por todo o período de trabalho, no controle e monitoramento do sistema, não podendo se ausentar do recinto de trabalho em momento algum.

Art. 3º. Fica instituído o adicional de sobreaviso na Estrutura Administrativa e Operacional do SAAE – Serviço Autárquico de Água e

Esgoto, que será pago ao servidor que, cumprida sua carga horária normal e convocado expressamente pela autoridade competente, permanecer a disposição, fora do local de trabalho, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço.

Art. 4º O adicional de sobreaviso será pago aos servidores públicos municipais que se mantiverem disponíveis para atendimento imediato à demandas emergenciais em jornadas alternativas ao expediente convencional, com percepção do valor de R\$ 100,00 por dia escalado.

Parágrafo único. O valor do sobreaviso fixado no **caput**, será corrigido na mesma época e proporção da revisão dos salários dos servidores.

§1º Quando o servidor for chamado para o serviço, deverá apresentar-se imediatamente no local de trabalho ou outro local determinado, não podendo omitir-se a qualquer chamado.

§2º A inobservância injustificada do disposto no §1º configura descumprimento do dever funcional e sujeitará o servidor às penalidades disciplinares previstas em lei.

§3º Durante o regime de sobreaviso, o servidor não poderá ausentar-se da sede do Município, exceto se estiver a serviço inerente às suas atribuições.

Art. 5º Os servidores submetidos ao sistema de sobreaviso serão comunicados pela Diretoria Geral do SAAE, mediante escala afixada no primeiro dia útil de cada mês no mural de avisos de rodízio entre os servidores ocupantes do mesmo cargo.

Art. 6º Os valores de que tratam os artigos 2º e 4º, instituídos por esta lei, não serão incorporados, em nenhuma hipótese, ao salário base do servidor.

§ 1º. Somente o adicional de penosidade formará base para cálculo da gratificação natalina e férias regulamentares.

§ 2º. O sobreaviso e o adicional de penosidades não forma base para cálculo de serviços extraordinários, adicional por tempo de serviço e férias prêmio.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Carmo do Cajuru, 26 de maio de 2025.

Vinicius Alves Camargos
Prefeito Municipal

DA JUSTIFICATIVA

Excelentíssima Senhora Presidente,

Excelentíssimos Senhores Vereadores(as), da Câmara Municipal de Carmo do Cajuru - MG.

Pedido de urgência nos termos da Lei Orgânica, pois se trata de matéria relacionada a adicional remuneratório dos servidores. (Segue impacto financeiro).

Encaminhamos para apreciação e deliberação deste Egrégio Poder Legislativo o presente Projeto de Lei que institui adicionais remuneratórios a servidores do Serviço Autárquico de Água e Esgoto e dá outras providências.

A presente proposição tem por finalidade garantir a execução de serviços essenciais relacionados à captação, tratamento e distribuição de água tratada, e coleta e tratamento de esgoto sanitário, bem como contraprestar financeiramente o esforço empreendido por servidores em jornadas diversas do convencional, devido à urgências e emergências.

Destacamos que o presente Projeto de Lei encontra amparo na legislação vigente e observa os princípios constitucionais da legalidade, eficiência e moralidade administrativa, reforçando o compromisso deste Executivo com a melhoria contínua da saúde pública e com a transparência na aplicação dos recursos públicos.

Diante do exposto, solicitamos o apoio e aprovação dos nobres Vereadores, reafirmando nossa confiança na atuação deste Legislativo na construção de políticas públicas eficazes e comprometidas como bem-estar da população de Carmo do Cajuru.

Carmo do Cajuru, 26 de maio de 2025.

Vinicius Alves Camargos
Prefeito Municipal